



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS TERESINA CENTRAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA**

LUCIANA SOUSA MOURA

**A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL PARA OS ALUNOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL II**

SIMPLÍCIO MENDES

2024

LUCIANA SOUSA MOURA

**A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL PARA OS ALUNOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL II**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Segunda Licenciatura em
Ciências da Natureza – EAD, do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Teresina Central.

Orientadora: Prof^a. Leanne Silva de Sousa.

SIMPLÍCIO MENDES

2024

A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL MAIOR

Luciana Sousa Moura¹

Leanne Silva de Sousa²

RESUMO

O docente que atua com alunos do ensino fundamental possui a especial missão de contribuir com a formação desses indivíduos por completo, seja no que se refere à aquisição de conteúdos do currículo escolar, seja em sua formação enquanto cidadão. Neste contexto, as questões relacionadas à conscientização ambiental merecem e devem ser tratadas, pois desde cedo o indivíduo deve estar consciente da importância desta pauta. Assim sendo, este estudo tem o intuito de enfatizar a relevância dessa temática entre os alunos do referido público. A importância de trabalhos como este reside no fato de que os cuidados com meio ambiente relacionam-se estreitamente com a manutenção da qualidade de vida no planeta. A metodologia aqui utilizada foi de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e qualitativa. Os resultados obtidos demonstraram que a utilização de atividades práticas pode ser uma boa alternativa para trabalhar o supracitado conteúdo com alunos do ensino fundamental maior.

Palavras-chave: Consciência Ambiental. Ensino Fundamental maior. Formação Social.

ABSTRACT

Teachers who work with elementary school pupils have the special mission of contributing to the complete education of these individuals, both in terms of acquiring content from the school curriculum and in their education as citizens. In this context, issues related to environmental awareness deserve and should be addressed, because from an early age the individual should be aware of the importance of this agenda. Therefore, this study aims to emphasize the relevance of this issue among students from this public. The importance of work like this lies in the fact that caring for the environment is closely related to maintaining the quality of life on the planet. The methodology used here is exploratory, bibliographical and qualitative research. The results obtained show that the use of practical activities can be a good alternative for working on the aforementioned content with elementary school students.

Keywords: Environmental awareness. Elementary School II. Social education

¹Licenciada em Pedagogia e estudante do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (IFPI). lucianamoura2805@gmail.com

² Doutora em Química. leannesilva@ifpi.edu

Data de aprovação: 02/05/2024

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental é comumente discutida no Brasil de hoje, pois muito se fala dos problemas que o homem provoca ao meio ambiente e suas consequências para o planeta como um todo, mesmo porque, atualmente, problemas, tais como, o desmatamento, o aquecimento global, a poluição urbana e industrial, o desmatamento e outros, são amplamente abordados pela mídia e pela sociedade (Lessa, 2023).

Neste sentido, surge a necessidade da implementação de uma Educação Ambiental - E.A, cujo objetivo é formar indivíduos, desde os seus primeiros anos de vida, comprometidos com o meio ambiente e consequentemente com o bem estar coletivo. Neste sentido, Colagrande e Farias (2021, p. 02) afirmam que se trata de um campo “constituído ao longo dos últimos anos, muito promissor no que tange à formação de um cidadão crítico e socioambientalmente responsável, mas caracterizado por um paradoxo, particularmente no contexto brasileiro”.

Colagrande e Farias (2021) ainda acrescentam que a E.A está sendo apontada como algo fundamental no que se refere ao desenvolvimento de uma sociedade sustentável, em relação aos sentidos por trás dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade. Neste sentido, este conceito acaba sendo destacado a partir de diferentes retóricas e pontos de vista.

Na concepção de Lessa (2023) é necessário que a Educação Ambiental adotada nas escolas seja comprometida com a transformação social e com a criticidade e isso requer proporcionar ao aluno consciência da relevância da preservação do meio ambiente, sendo importante que a escola proporcione ao aluno um projeto político pedagógico (PPP) que contemple partilhar de ideias, tais como a justiça socioambiental, em que se compreende que a luta contra a destruição do meio ambiente deve ocorrer alinhada à luta contra as injustiças sociais.

Considerando este cenário, o presente trabalho é um estudo bibliográfico, exploratório e qualitativo sobre a importância da educação ambiental na formação dos alunos do ensino fundamental maior, indivíduos que estão em fase de desenvolvimento.

Dessa forma, este estudo busca resposta para a seguinte problemática de pesquisa: Qual a importância da educação ambiental para os alunos do ensino fundamental maior?

O seu objetivo geral é compreender a importância do trabalho da conscientização ambiental com alunos do ensino fundamental maior. Para tanto, foram definidos três objetivos específicos que nortearam a escolha dos tópicos do Referencial Teórico.

O primeiro objetivo específico é inferir sobre as diferentes formas de agressão ao meio ambiente nas últimas décadas no Brasil e suas consequências para a sociedade; o segundo, por sua vez, é informar sobre a importância da Educação Ambiental no ensino fundamental. Já o terceiro é destacar atividades que promovam a conscientização ambiental no cotidiano escolar de estudantes do ensino fundamental maior.

Por todo o exposto até aqui, levanta-se a hipótese de que a educação ambiental é uma importante aliada para a formação cidadã, devendo ser trabalhada de modo a conscientizar os alunos.

Acrescenta-se que o trabalho mostra-se importante para o meio social, uma vez que pode ajudar para a promoção da formação de seres críticos e comprometidos com o meio ambiente, capazes de fazer a diferença em suas comunidades.

A temática é relevante ainda do ponto de vista acadêmico, uma vez que pesquisas sobre educação ambiental contribuem para a compreensão de problemáticas de cunho ambiental e referentes à sustentabilidade do meio ambiente. Ao mesmo tempo, estes trabalhos podem trazer informações atualizadas acerca do assunto; ao passo em que podem sensibilizar os alunos e os mesmos mobilizarem os meios sociais que estão inseridos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Percurso Histórico da Política Ambiental no Brasil

A Política ambiental é, de modo geral, o conjunto de leis e ações ordenadas com o objetivo de preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável em determinado território. Para Ferreira e Salles (2017, p. 03), ela “indica o modo como os recursos naturais são utilizados e adequados para o desenvolvimento de atividades econômicas que geram impactos potencialmente degradantes”.

Ainda segundo os autores, desde o Brasil Colônia, com o intenso processo de exploração de suas potencialidades naturais, o meio ambiente do país é explorado de modo desenfreado. Tal situação seguiu-se pelos séculos seguintes, até a década de 1930, quando a sociedade começa, de fato, a refletir sobre o termo consciência ambiental – C.A (Ferreira e Salles, 2017).

Com o processo de industrialização, sobretudo na terceira década do século XX, surge a necessidade de ações do governo em políticas públicas ambientais, que têm a intenção de racionalizar a exploração e o uso de seus recursos naturais, dentre os quais merecem destaque a “adoção, em 1934, do Código das Águas, do Código da Mineração e do Código Florestal; e também, em 1937, a criação do Parque Nacional de Itatiaia e o advento da legislação para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (Ferreira e Salles, 2017, p. 03).

Pena (2024) alerta que nos anos 1950, por conta do aumento das indústrias no Brasil, época em que muitas empresas estrangeiras foram atraídas, com a intenção de impulsionar a economia, as questões ambientais, pautadas pelas políticas foram colocadas em segundo plano, causando estagnação dos avanços nesse sentido.

Entretanto, Moura (2016) infere que as ações governamentais do período supracitado até os primeiros anos da década de 1960 foram voltadas apenas para o controle racional e não propriamente foi desenvolvida uma política ambiental definida. Já nos últimos anos da década de 60, começa a surgir a preocupação com

as atividades de trabalho e seu impacto para o meio ambiente, especialmente da poluição provocada pelas indústrias.

Na referida década foram realizadas algumas ações de proteção ao meio ambiente, como, por exemplo, a promulgação do Novo Código Florestal, que, dentre outros pontos, instituiu que a criação das Áreas de Proteção Permanente e também a responsabilização dos ruralistas em relação à criação de reservas florestais em suas áreas/terrenos (Pena, 2024).

O mesmo autor menciona que por impulso dos movimentos em favor do meio ambiente e também da Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, foram realizadas no Brasil ações no sentido de ampliar a política ambiental. Dentre as iniciativas, destaca-se a criação em 1973 da SEMA, sigla para a Secretaria Especial de Meio Ambiente, cujo foco era a manutenção e preservação dos recursos naturais e ambientais do país (Pena, 2024).

Ainda neste sentido, conforme Moura (2016), a SEMA surgiu ligada ao Ministério do Interior, que concentrou seu trabalho no problema da poluição urbana e das indústrias. Além disso, foram criados nos estados, órgãos com intuito semelhante, como, por exemplo, Cetesb em São Paulo, no ano de 1973.

Nos anos 1980 foi criada a Lei nº 6.938/81, da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Conforme Borges, Rezende e Pereira (2009), a partir desta, surgem decretos, resoluções e outras leis voltadas ao uso racional, conservação e proteção da natureza. Sendo este, portanto, um período de muitos ganhos para a causa.

Além disso, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Direito Ambiental é consolidado, pois,

No artigo 225, o meio ambiente foi tratado como sendo bem de uso coletivo comum a todos, em capítulo específico (capítulo VI), e reforçou-se que é dever de cada um fazer a sua parte para proteger os recursos naturais para as presentes e futuras gerações (Borges, Rezende e Pereira, 2009, p. 457).

Destaca-se, desse modo, que o Direito Ambiental é garantido na lei máxima do país, e desde então ocorre o aperfeiçoamento do mesmo. Neste sentido, ainda em 1988, é criado o Programa Nossa Natureza, que, nas palavras dos autores supracitados, é o principal programa de preservação após a constituinte, pois, dentre os seus objetivos, estão conter a degradação do meio ambiente e dos recursos renováveis, desenvolver a educação e consciência ambiental, etc (Borges, Rezende e Pereira, 2009).

Os anos 1990, segundo Moura (2016, p. 18) são marcados pela Conferência Rio-92, que resultou em muitos avanços, a saber: “i) as Convenções do Clima e da Biodiversidade; ii) a Agenda 21; iii) a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; e iv) a Declaração de Princípios para as Florestas”.

Além do mais, outros marcos ambientais surgiram na década de 1990, dentre eles, o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1991, e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) (Moura, 2016).

Do mesmo modo, o início dos anos 2000 também foi marcado por ganhos para a causa ambiental, e Moura (2016) cita a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC, no ano de 2000, que ajuda a organizar as categorias de Unidades de Conservação e instrumentos de proteção. Neste mesmo ano é criada a Agência Nacional das Águas – ANA.

No ano de 2002, houve a Rio+10, com o objetivo de avaliar a Rio-92. No mesmo ano foi lançada a Agenda 21. Já em 2007 foi criado o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

Pena (2024), por sua vez, menciona a polêmica relacionada à política ambiental brasileira, ocorrida em 2010. Na ocasião, foi elaborado um Novo Código Florestal, concebido por ambientalistas como um retrocesso da legislação ambiental do país, uma vez que, dentre as mudanças estavam à redução do tamanho das áreas de proteção permanentes e também estabeleceu-se a anistia para os crimes ambientais praticados por pessoas latifundiárias. Todavia, faz-se importante citar que o Código Florestal vigente é o de 2012.

Em 2012, ocorreu a Conferência Rio+20, que voltou a refletir sobre o que foi assegurado na Rio-92. Seus objetivos, conforme Moura (2016, p. 23) são os seguintes:

- i) assegurar a renovação do compromisso político para o desenvolvimento sustentável;
 - ii) avaliar os avanços e os hiatos nos processos de implementação das principais decisões quanto ao desenvolvimento sustentável; e
 - iii) identificar desafios novos e emergentes.
- Além desses objetivos, foram estabelecidos dois temas para a conferência: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o relatório do Observatório do Clima de 2022, no contexto atual, a situação climática e ambiental do Brasil é emergente, pois o país é o sexto

no ranking dos que mais emitem gases de efeito estufa no mundo e o quarto que mais contribui com o aquecimento global (Brasil, 2022).

Com base no exposto acima, compreende-se que, atualmente, é preciso que a sociedade como um todo atue no sentido de preservar o meio ambiente, por meio da promoção da C.A e, neste sentido, a parceria da escola é muito importante, uma vez que a mesma atua com seres em formação, que podem se desenvolver como cidadãos dotados dessa consciência.

2.2 A Educação Ambiental no Contexto do Ensino Fundamental Maior: Benefícios e Formação Docente

A Educação Ambiental (E.A) é o processo da educação que busca a formação de indivíduos com responsabilidade ambiental, ou seja, preocupados com a conservação e preservação da natureza. Soares *et al.* (2021) afirma que se trata de um meio viável de conduzir docentes e discentes a compreenderem a questão ambiental como um todo.

De acordo com Tolfo *et al.* (2021, p. 103), “A Educação Ambiental é um processo que deve ser contínuo e o desenvolvimento de projetos é uma ferramenta muito eficaz para atividades práticas”.

O ambiente escolar é um espaço de ensino e aprendizagem tanto de conhecimentos quanto de atitudes e valores que contemplam a realidade de maneira científica e contextualizada com a realidade, de modo a contribuir com a formação do aluno para que o aluno seja capaz de atuar criticamente diante do contexto em que faz parte.

Na concepção de Soares *et al.* (2021, p. 913) a Educação Ambiental “deve ser trabalhada de maneira transversal, contextualizada e permanente na busca de formação integral dos cidadãos e dos professores nos espaços em que estão integrados”.

A educação formal é responsável pela construção da consciência, que ocorre à longo prazo e continua até a fase adulta. Neste sentido, Tolfo *et al.* (2021) menciona que a educação ambiental formal tem por intuito sensibilizar e conscientizar sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, ao passo em que objetiva ainda mudar comportamentos e hábitos e formar cidadãos atuantes e engajados e também sensibilizar o docente, considerado como forte agente na promoção de suas ideias.

Trata-se de um processo em que um aluno começa a obter conhecimentos sobre questões ambientais e passa a se compreender como um agente transformador da relação homem x natureza. E mais que isso,

A educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade. Para isso, é importante que, mais do que informações e conceitos, a escola se disponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores e com mais ações práticas do que teóricas para que o aluno possa aprender a amar, respeitar e praticar ações voltadas à conservação ambiental (Medeiros, *et al.*, 2011, p. 02-03).

Gama (2020) informa que a E.A na escola pode fazer com que os alunos se conscientizem de suas atitudes e se tornem indivíduos preocupados com as consequências de suas ações, críticos e conscientes, contribuindo para um futuro melhor e com uma menor quantidade de impactos.

Ainda conforme a autora, “a Educação Ambiental na prática deve ser integrada às demais disciplinas, usando metodologias que visem o pensamento crítico, a solução de problemas e sempre associado ao cotidiano do aluno, aos problemas regionais e depois globais” (Gama, 2020, p.12).

Lessa (2023) destaca que a E.A só pode ser aplicada de maneira adequada se o professor estiver preparado. Neste sentido, é preciso que haja uma formação docente de qualidade, mesmo porque as atividades realizadas serão reflexos da formação do profissional. Atualizações sobre os conteúdos curriculares também são necessárias. Dessa maneira, no instante em que recebem professores formados e qualificados de forma crítica, a escola se torna mais participativa no aspecto socioambiental.

As questões pautadas pela Educação Ambiental são comumente discutidas em sala de aula, pois os problemas socioambientais geram questionamentos passíveis de solução. Todavia, para que isso ocorra é preciso que o docente saiba orientar tais discussões. Já docentes despreparados, conforme Lessa (2023), prejudicam o andamento das atividades.

De acordo com Tolfo *et al.* (2021, p. 108) é um elemento necessário para o bom andamento do processo educacional: “um educador com formação humana e científica plena, torna-se um profissional orgânico, capaz de integrar, melhorar e desenvolver todo aparato institucional que o agrega”.

O docente deve atuar no sentido de fazer com que o aluno se sensibilize e reflita acerca da relevância da sustentabilidade, fomentando incentivo para ações

práticas e impactantes de maneira a envolver toda a sala de aula. Por meio do diálogo e do respeito, pode-se criar ambientes educacionais que promovam uma formação ambiental.

Para tanto, conforme afirmam Martins e Schnetzler (2018), é preciso que a formação docente em Educação Ambiental seja mais que treinamentos, capacitações ou transmissão de conceitos e conhecimentos. A mesma deve privilegiar a reflexão crítica.

2.3 Sugestões de Atividades Para Trabalhar a Conscientização Ambiental no Ensino Fundamental Maior

Em se tratando das práticas da E.A no Ensino Fundamental, o ideal é que se trabalhe de modo integrado aos demais conteúdos do currículo. Sendo também preciso considerar as especificidades dos indivíduos. Dessa forma, a seguir, são enfatizadas algumas sugestões de atividades a serem trabalhadas com este público e que objetivam a promoção da consciência ambiental.

Como mencionado nos tópicos anteriores, à escola deve trabalhar a E.A de maneira transversal ao conteúdo posto pelo currículo escolar, mesmo porque é necessário que o aluno se desenvolva sabendo da importância da preservação do meio ambiente.

Para tanto, o tema deve ser tratado desde os primeiros anos da educação básica, o que requer que o professor escolha atividades de acordo com a realidade de suas turmas. No caso dos alunos do ensino fundamental maior, em sala de aula, o docente pode fazer uso, por exemplo, de métodos lúdicos, como os jogos.

Um bom exemplo de atividade lúdica com jogos é o quebra-cabeça de palavras com o tema da preservação ambiental. Este jogo, conforme Cavalcante, Silva e Silva (2014) é confeccionado a partir de imagens impressas coladas em caixas de aveia em flocos e posteriormente recortadas. Estas devem conter um total de vinte peças cada uma.

Os desenhos devem ser formados por equipes, cujos membros descrevem suas percepções sobre a imagem retratada, o que estimula o raciocínio, trabalha a oralidade e o desenvolvimento de atividades em equipe. Além disso, como se trata

de um problema ambiental, os alunos podem discorrer sobre formas de eliminá-lo (Cavalcante, Silva e Silva, 2014).

Lima e Marcelino (2017, p. 32) mencionam a atividade do Ditado Estourado, que possui os seguintes objetivos:

Ajudar no desenvolvimento e estimular várias habilidades, como a concentração, escrita e leitura de palavras e números, cálculo e agilidade mental, verificar o vocabulário e ortografia tanto em língua portuguesa como em outras línguas e ainda pode servir de ferramenta para a construção de textos.

No caso das atividades sobre o meio ambiente, o professor pode colocar dentro de balões, pedaços de papel escritos com frases relacionadas à preservação ambiental. Tal atividade possui ganhos para além dos descritos acima, pois tanto o aluno que faz a leitura, quanto os colegas que escutam a leitura, pode refletir sobre o assunto estudado.

As atividades citadas acima possuem teor mais lúdico, sendo ideal para alunos de menor faixa etária. Já em se tratando de alunos de turmas como o 8º e 9º ano, o professor pode trabalhar com os chamados Mapas Ecoconscientes, onde os alunos podem pensar a comunidade escolar sob a perspectiva ambiental, destacando pontos de coleta seletiva, economia de energia, locais ideais para o cultivo de hortas, etc.

Abdalla *et al.* (2013) traz outra proposta, cujo título é Fauna Ameaçada de Extinção. Seu intuito é levar conhecimento sobre a biodiversidade da fauna brasileira ou de um dos estados da federação. O docente precisará de livros, internet e computadores, canetas, imagens e cartolinas.

Inicialmente, os discentes vão fazer uma pesquisa sobre animais com risco de extinção no Brasil, onde o professor vai orientá-los a procurar por essa informação em livros de Ciências ou em material publicado na internet.

Em seguida, cada aluno deve escolher uma espécie nativa de um bioma, como a caatinga, por exemplo, e pesquisar informações e preencher uma ficha com dados diversos, tais como, nome popular e científico, distribuição geográfica, bioma, motivos para estar ameaçado, medidas para impedir a extinção, e outras.

Abdalla *et al.* (2013) pontua que o professor pode discutir com os alunos as causas do risco de extinção e também qual o papel que os seres humanos têm diante dessas situações, seja no que se refere ao homem enquanto ameaça e também enquanto defensor da fauna. É importante salientar e promover o trabalho de órgãos governamentais ou não que atuam em favor das espécies de animais.

Acrescenta-se ainda que as informações que os alunos informaram nas fichas podem ser usadas para outros trabalhos e atividades que podem fazer a diferença na escola e na sociedade como um todo, como, por exemplo, campanhas contra a caça ou o comércio ilegal de animais silvestres.

É importante ressaltar que o docente pode se apropriar de atividades práticas em no seu fazer profissional, uma vez que essas atividades no contexto da educação ambiental podem potencializar a aprendizagem e a consciência ambiental dos alunos.

Para Tolfo *et al.* (2021), tais atividades tem o objetivo de promover um contato mais próximo do aluno com o problema, sendo capaz de sensibilizá-lo. Ao mesmo tempo, serve de estímulo para o senso de responsabilidade e comprometimento com a sustentabilidade. Além disso, é capaz de promover a aplicação dos conhecimentos teóricos de maneira prática.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado neste estudo foi de uma pesquisa que, quanto ao propósito, caracteriza-se como exploratória. Segundo Oliveira Júnior (2017, p. 06) este tipo de estudo “ocorre quando o pesquisador busca conhecer de forma mais profunda o assunto abordado. Concentra-se em esclarecer/explorar o campo de conhecimento abordado na pesquisa”.

Gil (2008, p. 27) a define como aquela que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Em se tratando do presente trabalho, o foco será na importância que a consciência ambiental tem na vida dos alunos do Ensino Fundamental maior,

indivíduos em formação e que necessitam se desenvolver sabendo da importância de seu papel enquanto cidadão.

Quanto aos métodos que foram utilizados, o estudo mostrou-se qualitativo. Segundo o autor mencionado, a pesquisa qualitativa não faz uso de instrumentos estatísticos para avaliar e analisar um problema, e busca descrever e analisar o seu tamanho (Gil, 2008). Neste sentido, a problemática é voltada à questão da consciência ambiental dentro da escola.

No sentido de atingir os objetivos propostos, a pesquisa também é bibliográfica, que, nas palavras de Oliveira Júnior (2017, p. 06), “visa conduzir qualquer pesquisa científica com base em referências já publicadas. Indispensável na construção da plataforma teórica de qualquer estudo”.

Gil (2008) a define como aquele tipo de pesquisa que é realizada a partir da leitura de material já elaborado, sendo constituída especialmente de livros, artigos científicos e outros trabalhos que abordam determinado tema. Aqui, interessa os estudos relacionados à consciência ambiental no ensino fundamental maior.

Este estudo tem o objetivo principal de compreender a importância do trabalho da conscientização ambiental com alunos do ensino fundamental maior. Por isso, as pesquisas, que foram realizadas no Google Acadêmico, se deram no sentido de excluir os trabalhos que não poderiam ajudar no cumprimento do mesmo, sendo que, ao final, foram selecionadas 14 publicações que foram usadas No tópico a seguir resultados e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Referencial Teórico da pesquisa foi dividido em três tópicos, sendo o primeiro referente ao histórico da Política Ambiental brasileira. Já o segundo refere-se aos benefícios e à formação docente no contexto da educação ambiental no ensino fundamental maior. Por fim, no último tópico foram dadas sugestões de atividades com potencial para desenvolver a conscientização ambiental no ensino fundamental maior.

Fundamentou o primeiro tópico cinco referenciais diferentes, dentre estes Ferreira e Salles (2017), que destacaram que a política ambiental indica à forma como os recursos naturais são usados e adequados para desenvolver atividades econômicas que impactam a natureza.

Historicamente, os recursos naturais brasileiros passaram a ser explorados de maneira exagerada do Brasil Colônia até os anos 1930, quando começaram a surgir às primeiras preocupações neste sentido, com o intuito de colocar em prática ações para uma exploração ambiental consciente. Destacam-se como marcos significativos a adoção dos códigos das Águas, da Mineração e Florestal; além da criação do Parque Nacional de Itatiaia, todos na terceira década do século XX.

As contribuições de Pena (2024), Moura (2016) e Borges, Rezende e Pereira (2009) foram sobre a política ambiental brasileira no período entre os anos 1950 e 1980. A partir dos apontamentos dos autores, pode-se compreender que as questões ambientais foram deixadas de lado, visto que o foco era na intensificação das indústrias na década de 50. Todavia, nos últimos anos da década seguinte, a sociedade voltou a se preocupar com o impacto causado pelas indústrias, principalmente no que se refere à poluição do ar e das águas.

Os avanços prosseguiram na década de 1970, onde foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, cuja intenção era manter e preservar os recursos naturais do Brasil. Nos anos 80 foi criada a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, sendo que a partir desta surgiram resoluções, decretos e outras leis voltadas à conservação, preservação e proteção da natureza.

Outro avanço significativo neste sentido é certamente a Carta Magna de 1988, que em seu artigo 225 trata do meio ambiente como sendo um bem coletivo e, por isso, todos devem se empenhar em proteger os recursos da natureza, a fim de garantir que às futuras gerações também possam usufruir dele.

Os autores citados acima, que fundamentaram este tópico, acrescentam ainda que na década de 1990 ocorreram outros grandes avanços em favor do meio ambiente, como, por exemplo, a Conferência Rio-92, a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade, a Agenda 21, dentre outros. Chegando ao século XXI, pode-se citar a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza e as Conferências Rio+10 e Rio+20.

Em relação ao tópico dois, seis trabalhos foram responsáveis pela fundamentação teórica. O primeiro foi o de Soares *et al.* (2021), que conceituou a educação ambiental como sendo um recurso que ajuda a conduzir professores e alunos a compreenderem a importância da questão ambiental. Necessitando, dessa forma, de ser trabalhada de forma transversal e contextualizada com o intuito de formar cidadãos de forma integral.

Tolfo *et al.* (2021), Medeiros, *et al.* (2011) e Gama (2020) também discutem a educação ambiental e sua aplicação. As questões relacionadas à educação ambiental têm o intuito principal de conscientizar e sensibilizar os alunos a respeito de questões referentes ao meio ambiente. Ao mesmo tempo em que procuram mudar hábitos e formar cidadãos engajados com a causa.

Lessa (2023) e Martins e Schnetzler (2018) contribuíram com esta pesquisa ao focarem sua atenção na necessidade de formação inicial e continuada do docente no que se refere às questões ambientais. Para os referenciais, são necessários mais do que capacitações e treinamentos para professores, é preciso formar docentes capazes de refletirem criticamente sobre suas atitudes e seu papel cidadão e que consigam sensibilizar os discentes sobre a responsabilidade dos mesmos.

A questão da formação docente é necessária porque as atividades que o mesmo realiza em sala de aula são reflexos de sua formação enquanto profissional. Por isso, existe a necessidade de constantes atualizações sobre os conteúdos curriculares.

No terceiro tópico do Referencial Teórico estão algumas sugestões de atividades que podem ser usadas com o intuito de conscientizar os alunos do ensino fundamental maior acerca dos cuidados com o meio ambiente. Foram usadas quatro referências diferentes, onde Tolfo *et al.* (2021) foi novamente usado.

As atividades práticas possuem muito potencial para o desenvolvimento da educação ambiental, mesmo porque elas podem potencializar a aprendizagem e a consciência ambiental, como também promovem um contato próximo entre o aluno e o meio ambiente, sendo capaz inclusive de sensibilizar o indivíduo. Além disso, pode estimular o senso de responsabilidade do estudante e o seu comprometimento frente à questão da sustentabilidade. No mais, serve também como forma de colocar em prática os conhecimentos aprendidos de maneira teórica.

Cavalcante, Silva e Silva (2014) trouxeram para o estudo a proposta de um jogo chamado quebra-cabeça de palavras, cujo tema é a preservação ambiental. Para os autores, tal atividade é capaz de estimular o raciocínio, a oralidade e desenvolver as atividades em equipe; além, é claro, de ajudar na conscientização da questão ambiental.

Outra contribuição foi a de Lima e Marcelino (2017), que trouxeram uma atividade chamada Ditado Estourado, que possui muitos benefícios, tais como, o

estímulo à concentração, a leitura e a escrita, dentre outras. No caso das aulas voltadas à educação ambiental, o docente pode trabalhar com os Mapas Ecoconscientes, que consistem em uma atividade em que os alunos podem pensar a escola dentro da perspectiva ambiental, destacando, por exemplo, pontos de coleta seletiva, locais ideais para cultivo de hortas, etc.

Abdalla *et al.* (2013) trouxe outra proposta, intitulada Fauna Ameaçada de Extinção, cujo objetivo é promover o conhecimento acerca da biodiversidade da fauna brasileira ou ainda de algum estado da federação em específico. Seu objetivo principal é discutir sobre animais em risco de extinção, as causas que levaram a este risco e qual o papel que o ser humano tem dentro desse cenário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho é possível compreender que a Educação Ambiental aplicada no ensino fundamental maior é fundamental para a formação das futuras gerações, ao capacitar as crianças e adolescentes a cuidar do planeta de forma sustentável e com responsabilidade.

Pode-se entender, dessa maneira, que a mesma contribui com a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões com embasamento referente ao meio ambiente. Ademais, na escola pode ser desenvolvida a consciência ambiental, o que ajuda os discentes a compreenderem a relação de dependência entre homem e natureza.

Por meio do estudo foi possível ainda confirmar que durante as atividades que privilegiam a educação ambiental, os alunos têm a oportunidade de refletirem de modo crítico sobre as ações do homem em relação à natureza e as consequências destas.

Ao final do trabalho, pode-se concluir que as inferências acima confirmam a hipótese levantada. Acrescenta-se ainda ser importante a realização de novos estudos sobre a temática ambiental dentro do processo educacional, mesmo porque os cuidados com o meio ambiente são fundamentais para o mantimento da

qualidade de vida das futuras gerações, e isso deve ser uma preocupação constante dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Adriano Jorge et al. **Guia de Atividades Ambientais**. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/handle/123456789/2234>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves. Evolução da legislação ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 2, n. 3, p. 447-466, 2009.

BRASIL. OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC). Brasil 2045. Construindo uma potência ambiental. Volume 1 — Propostas para a Política Ambiental Brasileira em 2023–2024. **Observatório do Clima**, 2022a. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/publicacoes/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

CAVALCANTE Alian Cássio Pereira; SILVA, Adailza Guilherme da.; SILVA, Maria José Ramos da. Dinâmicas e jogos educativos como ferramenta para a preservação dos recursos ambientais. **Revista Monografias Ambientais**, p. 3049-3054, 2014.

COLAGRANDE, Elaine Angelina; FARIAS, Luciana Aparecida. Apresentação- Educação Ambiental e o contexto escolar brasileiro: desafios presentes, reflexões permanentes. **Educar em Revista**, v. 37, p. e81232, 2021.

FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias; SALLES, Alexandre Ottoni Teatni. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 42, n. 2, 2017.

GAMA, Suzany Evelyn de Souza. **Educação Ambiental no ensino fundamental : dificuldades, desafios, recursos didáticos e percepções** / Suzany Evelyn de Souza Gama. – Santa Teresa, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

LESSA, Amanda Nogueira, 1989. **A Educação Ambiental na formação de professores: um olhar sobre os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das Universidades federais do sudeste brasileiro** / Amanda Nogueira Lessa. - Nilópolis, 2023.

LIMA, Anabel de.; MARCELINO, Elielson. **Projeto Escolas em Ação - Cartilha de Atividades** / Anabel de Lima, Elielson Marcelino – Curitiba: Mater Natura, 2017.

MARTINS, José Pedro de Azevedo; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Formação de professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 24, p. 581-598, 2018.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, 2011.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil**. In: Moura, Adriana M.M (Org.). Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas 1. ed. Brasília : Ipea, 2016, v. único, p. 13-44.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eloir Lázaro. **Pesquisa científica na graduação: um estudo das vertentes temáticas e metodológicas dos trabalhos de conclusão de curso**. FACIP: Uberlândia, 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Política Ambiental no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/politica-ambiental-no-brasil.htm>. Acesso em 09 de abril de 2024.

SOARES, Jeferson Rosa *et al.* EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: OFICINAS COMO UMA FERRAMENTA EFETIVA. **Revista Valores**, v. 6, p. 903-915, 2021.

TOLFO, Erivelto Folhato *et al.* **Educação ambiental na formação docente: metodologias para uma prática interdisciplinar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.